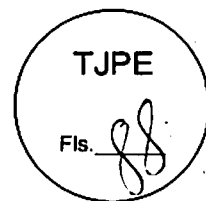




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 13735-04.2013.8.17.0000 (322838-4)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

AGRAVADA: NELCI DO NASCIMENTO SILVA

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CAMBIAL. NOTA DE CRÉDITO RURAL. SALDO INADIMPLIDO. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- Contrato formalizado pelas partes por meio de Nota de Crédito Rural, com posterior inscrição da Recorrida no Serviço de Proteção ao Crédito por conta da falta de cumprimento das obrigações pactuadas, correspondentes ao "aditivo de re-ratificação" a tal título.

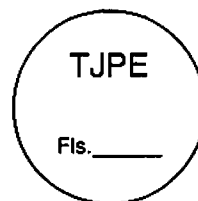
- Verossimilhança das alegações aduzidas pelo Recorrente, posto que os documentos de quitação apresentados pela Agravada parecem dizer respeito ao abatimento (parcial) da dívida materializada na cambial.

- Aparência de que existe valor ainda não adimplido, de acordo com o demonstrativo analítico de débito - aspecto a ser devidamente aprofundado mediante a instrução probatória no 1º Grau -, pois, além das parcelas amortizadas (as quais, segundo a Autora, corresponderiam à totalidade da dívida), consta de tal extrato um saldo devedor vencido e ainda não adimplido, compatível com o instrumento de re-ratificação, e com o valor inscrito no Serviço de Proteção ao Crédito, o que justifica legalmente a sua manutenção naquele órgão.

- Recurso provido para tornar sem efeito a decisão agravada, permitindo, conseqüentemente, a manutenção do nome da Agravada nos serviços de restrição de crédito - unicamente no que diz respeito à Nota de Crédito Rural registrada sob o número 02750556473-A, e respectivo aditivo de re-ratificação.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **DAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 64

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 13735-04.2013.8.17.0000 (322838-4)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
AGRAVADA: NELCI DO NASCIMENTO SILVA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória (fls. 16/17) que deferiu pleito de antecipação de tutela para excluir o nome da Agravada dos cadastros restritivos, no prazo de 05 (cinco) dias, em relação a contrato de empréstimo firmado com a instituição financeira ora recorrente (Nota de Crédito Rural de fls. 34/35), sob pena de multa diária de R\$100,00 (cem reais).

De acordo com o magistrado a quo, haveria verossimilhança das alegações da Autora, pois teria verificado a correspondência entre os números dos comprovantes de quitação apresentados pela Autora (fls. 29/33), e aquele constante da inscrição no SPC (fls. 36).

Esclareço que a Recorrida manejou ação de indenização por danos morais (fls. 20/25), onde relata que teria obtido empréstimo através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no valor original de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), e que este teria sido objeto de renegociação, para quitação em 05 (cinco) parcelas de R\$175,00 (cento e setenta e cinco reais).

10



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Assim, segundo afirma, a negativação não teria causa apta a justificá-la, pois apesar de ter quitado tais parcelas regularmente, foi posteriormente contatada por representante do BNB informando "que seu nome teria sido novamente negativado, dizendo o mesmo que a Requerente não se enquadrava dentro do perfil de desconto oferecido pelo Banco" (fls. 21).

Em sua peça recursal (fls. 02/13), o Agravante alega ser legítima a inclusão por ser fundada em exercício regular de direito do credor quando inadimplente o devedor, posto que, ao contrário do alegado pela parte adversa em sua petição inicial, a dívida originária (de R\$1.500,00) teria sido prorrogada através de um aditivo à Nota de Crédito Rural (fls. 60/61), a ser adimplida em duas parcelas (de R\$759,18 e R\$759,17, respectivamente).

Por tal motivo, a quitação das 05 (cinco) parcelas demonstradas pela Agravada corresponderia, unicamente, a "pequenas amortizações [anteriores] no saldo devedor da dívida", e não de sua totalidade, justificando a manutenção no cadastro de proteção ao crédito.

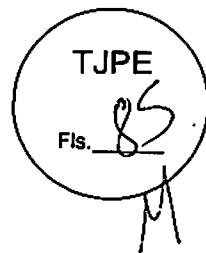
Destarte, defendendo a legalidade da inscrição por conta da inadimplência (art. 188, I, do CPC¹), pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, para sustação dos efeitos da tutela antecipatória deferida; bem como pelo provimento do recurso ao final, revogando-se definitivamente a interlocutória atacada.

¹ Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido; (...)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Custas recolhidas (fls. 15).

Através da decisão interlocutória de fls. 72/73v, concedi o efeito suspensivo ativo à decisão agravada, para tornar sem efeito a decisão agravada até ulterior deliberação, ou julgamento do mérito pela C. Câmara, nos termos do art. 558 do CPC.

Intimada para apresentar contrarrazões, a Agravada deixou o prazo transcorrer *in albis* (cf. certidão de fls. 81).

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta sem revisão.

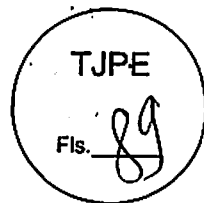
Recife, 06/06/11

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



11

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 13735-04.2013.8.17.0000 (322838-4)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
AGRAVADA: NELCI DO NASCIMENTO SILVA

F 23

V O T O

A questão ora posta cinge-se à aferição do (in)adimplemento da Agravada em relação ao débito objeto da inclusão no SPC pela Agravante (fls. 36), com base nos documentos acostados à exordial da ação originária, e ao presente recurso.

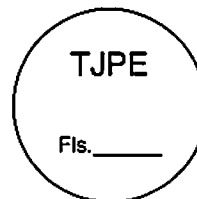
No caso em análise, alegou a Agravante que foi celebrado contrato formalizado por meio de Nota de Crédito Rural, registrada sob o número 02750556473-A (fls. 58/59) – com vencimento originário em 25.05.2009 –, e que efetuou a inscrição da Recorrida no Serviço de Proteção ao Crédito por conta da falta de cumprimento das obrigações pactuadas, correspondentes ao “aditivo de re-ratificação” a tal título (fls. 60).

Desta forma, vislumbro a verossimilhança das alegações aduzidas pelo Recorrente, posto que os documentos de quitação apresentados pela Agravada (boletos bancários de fls. 29/33) parecem dizer respeito ao abatimento (parcial) da dívida materializada na Nota de Crédito Rural de fls. 35/36.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Por tal motivo, e diante dos documentos colacionados pela instituição financeira ao presente recurso, é de se deduzir - pelo menos em um exame perfunctório, a ser devidamente aprofundado mediante a instrução probatória no 1º Grau - que existe um valor ainda não adimplido, de acordo com o demonstrativo analítico de débito acostado às fls. 63/64.

Isto porque, além das parcelas amortizadas (as quais, segundo a Autora, corresponderiam à totalidade da dívida), consta de tal extrato um saldo devedor vencido e ainda não adimplido, compatível com o instrumento de re-ratificação, e com o valor inscrito no Serviço de Proteção ao Crédito (fls. 36), o que justifica legalmente a sua manutenção naquele órgão.

Em assim sendo, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO** para tornar sem efeito a decisão agravada, permitindo, conseqüentemente, a manutenção do nome da Agravada nos serviços de restrição de crédito - unicamente no que diz respeito à Nota de Crédito Rural registrada sob o número 02750556473-A, e respectivo aditivo de re-ratificação.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator